

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

APROVADO PELO CMAS



MAUÁ/SP

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORGANIZAÇÃO:

Gabinete da Secretaria de Assistência Social
Gerência de Planejamento e Gestão do SUAS
Divisão de Vigilância Socioassistencial

COLABORAÇÃO:

Equipe de Assessoria de Gabinete
Equipe da Divisão de Vigilância Socioassistencial
Equipe da Gerência de Proteção Social Básica
Equipe da Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade
Equipe da Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Equipe da Gerência Financeira
Equipe da Divisão de Secretaria-Executiva de Conselhos
Equipe da Divisão de Recursos Humanos
Equipe da Divisão de Projetos, Contratos e Convênios
Equipe de Divisão Orçamentária e Financeira
Equipe da Central de Cadastro Único

AGRADECIMENTOS:

À Secretária Fernanda Gomes Dias de Oliveira pelo apoio e a cada uma e cada um que contribuiu nesta construção.

DELIBERAÇÃO DO PLANO PELO CONSELHO – CMAS

Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Mauá

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mauá – SP, instituído através da Lei nº 2.771 de 12/09/1997, alterada pela Lei 4.944 de 05/05/2014, em conformidade com a reunião extraordinária realizada em 18/11/2025 registrada na ata nº 135/2025, aprovou o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS para o período 2026 – 2029, através da ata e Resolução CMAS nº 178 de, 18 de novembro de 2025.

SIGLÁRIO

AC – Alta Complexidade
BE – Benefícios Eventuais
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMI – Conselho Municipal do Idoso
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT – Conselho Tutelar
DRADS – Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FSS – Fundo Social de Solidariedade
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD – Índice de Gestão Descentralizada
ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MC – Média Complexidade
MSE – Medida socioeducativa
OSC – Organizações da Sociedade Civil
PAEFI – Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias
PIB – Produto Interno Bruto
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PPA – Plano Plurianual
PSB – Proteção Social Básica
PSE – Proteção Social Especial
RI – Residência Inclusiva
RP – Região de Planejamento
SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SPE PcD e Idosos – Serviço de Proteção Especial para Pessoa com Deficiência e Idosos
SAS – Secretaria de Assistência Social
SSP – Secretaria de Segurança Pública
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

SIGLÁRIO.....	4
SUMÁRIO.....	5
1. APRESENTAÇÃO DO PLANO.....	6
2. IDENTIFICAÇÃO.....	8
Identificação da Prefeitura.....	8
Identificação do Órgão Gestor.....	8
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.....	9
Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.....	9
Outros Conselhos existentes no município.....	9
Estrutura do Órgão Gestor.....	10
3. INTRODUÇÃO.....	11
4. DIAGNÓSTICO.....	13
4.1. Socioeconômico.....	13
4.2. Territorial.....	16
a) Regiões de Planejamento.....	16
b) Divisão Territorial da Rede Socioassistencial.....	19
4.3. Socioassistencial.....	20
a) População e Vulnerabilidade.....	20
b) Rede de Atendimento Socioassistencial.....	22
c) Ações a Destacar Período 2021 A 2024.....	23
d) Interfaces com outras políticas públicas.....	25
4.4. Análise e Interpretação.....	28
5. OBJETIVOS.....	30
5.1. Geral.....	30
5.2. Específicos.....	30
6. DIRETRIZES.....	31
7. AÇÕES, ESTRATÉGIAS E METAS CORRESPONDENTES PARA IMPLEMENTAR.....	33
8. DETALHAMENTO DAS AÇÕES.....	40
9. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	46
10. COBERTURA E PREVISÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.....	50
10.1. SERVIÇOS.....	50
a) Rede Direta.....	50
b) Rede Indireta.....	53
10.2. PROGRAMAS.....	54
10.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS.....	55
10.4. BENEFÍCIOS CONTINUADOS.....	55
11. REFERÊNCIAS:.....	56
12. ANEXO: RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO PLANO.....	57

1. APRESENTAÇÃO DO PLANO

O processo de elaboração deste plano iniciou-se em 28 de abril de 2025 em reunião realizada com a participação da Gerência de Planejamento e Gestão do SUAS, Divisão de Vigilância Socioassistencial e técnicos da Gerência Financeira, Gerência de Proteção Social Básica, Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, definindo a metodologia para elaboração do PMAS 2026-2029.

A metodologia que adotamos considera como base os processos de construção do PPA-2026-2029, da XIV Conferência Municipal de Assistência Social e do Planejamento Estratégico da Secretaria de Assistência Social. Estes processos ocorreram no primeiro semestre de 2025, com atividades abertas à participação popular, através de reuniões, consultas públicas e pré-conferências que aconteceram em todas as regiões da cidade. São processos que, da perspectiva da Política de Assistência Social, contribuem para a sintetização do diagnóstico social, possibilitam avaliação das ações, programas e serviços e nos sintonizam com a percepção da população. Nesta esteira foi extraído o diagnóstico socioassistencial e territorial, os desafios para o desenvolvimento da Política de Assistência Social e o quadro de proposições, que orientam a definição de ações, programas e serviços, metas e indicadores que compõem o Plano.

A síntese deste processo foi submetida a avaliação e discussão em reunião realizada em 03 de setembro de 2025 coordenada pela Gerência de Planejamento e Gestão do SUAS, com a participação dos responsáveis pelas gerências das Proteções; Proteção Social Básica, Social Especial de Média e de Alta Complexidade, Gerência Financeira, Divisão de Vigilância Socioassistencial e Secretaria-Executiva dos Conselhos e seus técnicos de referência. Para efeito do PMAS, reafirmamos nesta reunião o diagnóstico elaborado e quadro com a síntese dos problemas e ações prioritárias.

Em 08 de setembro de 2025, realizamos encontro que além da participação do conjunto acima, contou com a participação da Secretária de Assistência Social, sua adjunta, as Coordenações dos CRAS, CREAS, Centro POP. Neste encontro foi apresentado o diagnóstico socioassistencial e territorial produzido e os problemas e ações prioritárias a considerar na construção do PMAS. Da discussão, foram apontadas duas situações relevantes. A primeira a partir da reflexão das mudanças de perfil da população em

situação de rua, encontra-se o aumento e a gravidade de pessoas em sofrimento mental, que nos desafia a intensificar ações conjuntas com os serviços de saúde, e a segunda referente ao aumento da população idosa, que nos desafia a proceder revisão e estudo das demandas e dos serviços ofertados, a fim de adequá-los às necessidades apuradas.

Como encaminhamento deste encontro foi solicitado aos participantes que reproduzissem a apresentação e discussão em torno do diagnóstico e do quadro de problemas e ações junto às equipes de trabalho, registrando suas impressões, observações e apontamentos para avançar no fechamento do PMAS e submetê-lo à avaliação do CMAS.

Em resposta a esta encomenda foram encaminhadas à Gerência de Planejamento e Gestão do SUAS o produto destas discussões contendo impressões, complementações e observações, especialmente diante das ações propostas. Processo encerrado em 10 de Outubro de 2025.

Em conclusão, foram realizados os ajustes finais, com a inclusão dos dados relativos a metas, indicadores, impactos e resultados esperados; recursos necessários; cobertura e previsão de serviços, programas e projetos; indicadores de monitoramento e avaliação; e a espacialização temporal de execução.

A proposta antes de finalizada foi apreciada pelos responsáveis das Divisões e Gerências e pelo Gabinete de Gestão, sendo encaminhada ao CMAS para avaliação e deliberação, via Ofício 2025/1409.

2. IDENTIFICAÇÃO

Identificação da Prefeitura

CNPJ: 46.522.959/0001-98

Endereço: Av. João Ramalho, 205, Vila Noêmia.

Telefones: (11) 4512-7500

E-mail: prefeito@maua.sp.gov.br

Nº de habitantes: 418.261 (censo IBGE 2022)

Porte: Grande – de 100.001 a 900.000

Gestão: Plena

Data da última publicação de nível de gestão no DOE: 22/06/2012

Gestor: Francisco Marcelo de Oliveira

Mandato: 01/01/2025 A 31/12/2028

Identificação do Órgão Gestor

Órgão Gestor: Secretaria de Assistência Social – SAS

Endereço: Rua Campos Sales, 289, Vila Bocaina, CEP-09310-040

Telefone: (11)4512-7732

E-mail: assistenciasocial@maua.sp.gov.br

Lei de Criação do Órgão Gestor: 4412/09

Data de Publicação: 05/01/2009

Houve alteração na lei de criação: Lei nº 6.267/2025

Data de Publicação: 28 de fevereiro de 2025

Secretária: Fernanda Gomes Dias de Oliveira

Gestão: iniciada em 01/01/2025

Formação: Superior completo

Portaria de nomeação: 59.541 de 04/01/2021

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Presidente: Diego Colodro de Lima

Decreto de nomeação:- Decreto Nº 9.456 de 24 de junho de 2025

Mandato: De 24/06/2025 a 23/06/2027

Representação: Representantes governamentais: 8 (titulares) e 8 (suplentes)

Representantes da sociedade civil: 8 (titulares) e 8 (suplentes)

Endereço: Rua Campos Sales, 289, Vila Bocaina, CEP-09310-040

Telefone: (11)4512-7732

E-mail do CMAS: conselhos.maua@gmail.com

Secretaria-Executiva/ Técnico responsável: Ivete Elias – Psicóloga

Corpo técnico da secretaria-executiva do CMAS: 02 trabalhadores

Corpo administrativo da Secretaria-Executiva do CMAS: 02 trabalhadores

Lei de criação do CMAS: 2771 de 12/09/1997

Últimas alterações: Lei 4944 de 05/05/2014 e Lei 6166 de 16/06/2023

Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

CNPJ: 97.544.623/0001-67

Lei de criação do FMAS: 2771/1997 **Data de publicação:** 12/09/1997

FMAS está legalmente regulamentado: SIM **Decreto:** 5751 de 24/10/1997

FMAS constitui-se como unidade orçamentária? SIM

Houve alteração na Lei de criação? SIM **Nº da Lei:** 7635 de 27/10/2011

Gestor do FMAS: Secretária de Assistência Social – Fernanda Gomes Dias de Oliveira

Outros Conselhos vinculados à Secretaria de Assistência Social

- 3 Conselhos tutelares
- Conselho Municipal do Idoso – CMI
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Estrutura do Órgão Gestor

ORGANOGRAMA¹

- 1.1 Gabinete**
- 1.2 Apoio administrativo**
- 1.3 Divisão de Ouvidoria do SUAS**
- 1.4 Divisão de Gestão Operacional**
 - 1.4.1 Núcleo de Protocolo
 - 1.4.2 Núcleo de Patrimônio
- 1.5 Divisão de Gestão de Trabalho**
 - 1.5.1 Núcleo de Recursos Humanos
- 1.6 Divisão de Secretaria-Executiva de Conselhos**
- 1.7 Gerência de Planejamento e Gestão do SUAS**
 - 1.7.1 Divisão de Vigilância Socioassistencial
 - 1.7.1.1 Seção de Gestão da Informação
 - 1.7.2 Divisão de Educação Permanente
 - 1.7.3 Divisão de Regulação do SUAS
- 1.8 Gerência de Proteção Social Básica**
 - 1.8.1 Equipamento Bombeiro Mirim
 - 1.8.2 CRAS Pq das Américas
 - 1.8.3 CRAS Feital
 - 1.8.4 CRAS Macuco
 - 1.8.5 CRAS Vila Mercedes
 - 1.8.6 CRAS São João
 - 1.8.7 CRAS Oratório
 - 1.8.8 CRAS Zaíra
 - 1.8.9 CRAS Falchi
- 1.9 Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade**
 - 1.9.1 CREAS Matriz
 - 1.9.2 CREAS Bocaina
 - 1.9.3 Equipamento Centro POP
 - 1.9.3.1 Seção de Abordagem
- 1.10 Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**
 - 1.10.1 Divisão de Supervisão Técnica de Alta Complexidade
 - 1.10.2 Equipamento Residência Inclusiva
 - 1.10.3 Equipamento de Acolhimento de Idosos
 - 1.10.4 Equipamento Abrigo Criança e Adolescente
 - 1.10.5 Equipamento Albergue
- 1.11 Gerência Financeira**
 - 1.11.1 Divisão de Gestão de Parcerias
 - 1.11.1.1 Seção de Prestação de Contas
 - 1.11.2 Divisão de Compras e Contratos
 - 1.11.3 Divisão Financeira e Orçamentária
- 1.12 Gerência de Gestão de Benefícios e Transferência de Renda**
 - 1.12.1 Central de Cadastro Único
 - 1.12.1.1 Seção de Arquivo
- 1.13 Gerência Do Fundo Social de Solidariedade**
 - 1.13.1 Divisão de Eventos do Fundo Social de Solidariedade

¹ Conforme Lei Municipal 6.267 de 28/02/25

3. INTRODUÇÃO

O quadro de vulnerabilidade social demonstrado no diagnóstico apontado neste plano, revela o quanto é desafiador a compreensão do exato papel da Política de Assistência Social neste contexto. Nos impôs a tarefa de definir a partir dele, os desafios e objetivos centrais, ações e metas que apresentamos neste PMAS. A realidade exposta requer a somatória da atuação específica da Assistência Social, da capacidade de articulação e construção de ações integradas e articuladas com as demais políticas sociais e do envolvimento dos atores sociais presentes nos territórios dos CRAS, na tarefa de superar as desigualdades sociais constatadas.

A Política de Assistência Social está contida na Constituição Federal de 1988, por obra de lutas históricas, como integrante da Seguridade Social, conforme artigo 194, estando inscrita nos artigos 203 e 204, como política de direitos, sendo seus destinatários, quem dela necessitar, e ainda definindo objetivos e diretrizes presentes na evolução da política.

Nesta evolução chegamos à promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – **LOAS** Lei 8742 de 1993. Podemos afirmar que por meio da LOAS está dado o significado da Política de Assistência Social, com definição, objetivos, princípios e diretrizes. Ela reafirma e aprofunda a essência contida na carta magna, delineando a Política de Assistência Social como **direito do cidadão e dever do Estado** e marcadamente definindo como objetivos específicos: **a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.**

Destaca-se na LOAS a instituição do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e, para os órgãos gestores das demais esferas de governo, a tarefa de constituição de Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, bem como de Fundos e Planos de Assistência Social.

Os anos que se seguiram após a promulgação da LOAS aglutinaram experiências, facilitaram trocas, propiciaram encontro de forças e lutas para manter e fortalecer a Política de Assistência Social. Neste processo alguns focos foram colocados em evidência, entre eles o enfrentamento da exclusão, a afirmação da cidadania e a necessidade de estruturação da Política de Assistência Social. Um resumo desta evidência deu-se na construção e realização da IV Conferência Nacional de Assistência

Social de 2003 – cujo tema foi “Assistência Social como Política de Inclusão: Uma nova agenda para a cidadania – LOAS 10 anos”.

Das deliberações desta Conferência originaram-se importantes avanços que marcaram a evolução da Política de Assistência Social no país, entre eles a construção e aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, conforme resolução 145/2004 do CNAS, onde define-se um novo modelo de gestão para a garantia da proteção social e de direitos. Na PNAS nasce o SUAS – Sistema Único de Assistência Social,

A partir de então, a implantação do SUAS, tem sido vital para efetivação da Política de Assistência Social, passando pelas normatizações, tipificação de serviços e com implantação de CRAS e CREAS e Serviços, entre outras ações. Fecha uma etapa importante deste ciclo a aprovação da Lei 12.435 de 2011 que altera a LOAS, traduzindo-se no principal marco legal do SUAS.

Registramos que vivenciamos neste momento o processo da XIV Conferência de Assistência Social, com o lema “20 anos do SUAS: Construção, proteção social e resistência” do qual certamente emergirá os elementos centrais para avaliação do II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) e abrirá os caminhos para a construção do próximo Plano Decenal, cuja expectativa é que veementemente reforce o compromisso com o aprimoramento e fortalecimento do SUAS, com a defesa da Política de Assistência Social, como direito de cidadania, e com a Proteção Social de todos(as) os (as) brasileiros(as).

O processo de elaboração do PMAS 2026-2029, coincide com o processo da XIV Conferência Nacional de Assistência Social, cuja etapa municipal realizamos em junho/2025, bem como com o processo de elaboração do PPA, realizados com espaços importantes de escuta da sociedade, através de pré-conferências, audiências e consultas públicas. Consideramos na definição de ações contidas no plano os anseios populares advindos do diálogo produzido nestes processos.

Definida esta trajetória é importante frisar que somos parte, estamos incluídos neste processo, sendo nosso compromisso essencial afirmarmos a defesa do SUAS, da Política Pública de Assistência Social, e do zelo pelos serviços prestados à nossa população. É neste patamar que traçaremos os rumos para seguir adiante.

4. DIAGNÓSTICO

4.1. Socioeconômico

A Prefeitura de Mauá, realizou recentemente o processo denominado Fórum Mauá 2023-2033 – A Década da Transformação. Partindo da premissa de que um futuro digno e desenvolvido é um direito de todo cidadão e cidadã, buscou-se a participação social no sentido de identificar caminhos e prioridades que apontassem para a construção do futuro da cidade. Neste sentido o processo do Fórum Mauá 2023-2033, se propôs a ouvir a população e conhecer seus sonhos e expectativas para os próximos dez anos, através da participação da população, de técnicos, lideranças comunitárias, empresários, entre outros. Este processo produziu o documento oficial denominado Mauá Fórum 2023-2033, A Década da Transformação.

A cidade de Mauá é localizada na Região do Grande ABC, área que compõe a região Metropolitana de São Paulo. Dos sete municípios do Grande ABC, Mauá ocupa 7,47% da área territorial da região, sendo que sua extensão territorial é de 62 Km². Desta extensão, 13 Km² são área de mananciais e 17,5 Km² área industrial. É o terceiro município mais populoso da região (418.261 habitantes, segundo IBGE – Censo 2022), e o terceiro em densidade demográfica da região (6,753,01), porém se extrairmos as áreas de mananciais e industrial, está densidade quase que dobra.

Contribui para o processo de desenvolvimento econômico de Mauá a proximidade com a capital São Paulo, com o porto de Santos e com o aeroporto de Guarulhos, facilitado pelo acesso ao Rodoanel.

Alguns apontamentos contidos no documento oficial citado, desafia-nos na construção do presente PMAS, conforme segue:

“Do ponto de vista econômico, a cidade possuía, em 2020, cerca de 52% de suas atividades econômicas no segmento de serviços e comércio, 34% na indústria e 14% na agropecuária. O Valor da Transformação Industrial (VTI) de Mauá distribui-se atualmente da seguinte maneira: derivados de petróleo (41,8%); produtos químicos (33,6%); produtos de metalurgia e máquinas (9%); borracha e plástico (4,8%); celulose e papel (0,6%); produtos alimentícios (0,4%) e móveis (0,2%). O município é o 19º maior PIB do Estado de São Paulo e 18º maior valor adicionado. Mauá representa 0,8% do PIB de São Paulo (fonte: Seade, 2021). Em face das mudanças pelas quais passa a economia mundial e brasileira, com a presença

crescente da tecnologia de informação e comunicação, a cidade tem um grande desafio, que é viabilizar, nos próximos anos, um ambiente de inovação e desenvolvimento sustentável, capaz de gerar investimentos e empregos de qualidade na indústria, serviços, comércio e agricultura” (p. 9).

No eixo econômico tratado no documento é realizado um diagnóstico apontando os desafios para a indústria brasileira, os desafios para o Polo Petroquímico, a construção de uma Usina de Recuperação Energética (URE) em Mauá, a constituição de um Polo da Indústria de Cosméticos em Mauá, a diversificação da atividade e arranjos de produção local de defesa e segurança, e o papel da tecnologia e da pesquisa e desenvolvimento e inovação. Tratou ainda da economia digital, do trabalho e renda, reportando para a capacitação e ao trabalho na indústria 4.0, da economia, de micros e pequenos empreendedores, e economia solidária.

Dentro deste contexto, destaca-se em todos os aspectos e seguimentos, desafios apontando a necessidade de investimento em pesquisa, tecnologia e inovação, programas de treinamentos, requalificação, qualificação e capacitação profissional e o surgimento de novas possibilidades de atuação profissional, bem como a necessidade cada vez mais premente de mão de obra qualificada, especializada e dotada de habilidades inovadoras e tecnológicas. Aponta-se ainda, que na caminhada proposta e na perspectiva dos dez anos é imperativo o envolvimento dos atores produtivos, centros de pesquisa, universidades, poder público e a sociedade civil.

Ao tratar do eixo social destaca-se:

“O Desenvolvimento Social de Mauá, focado em 2033, terá que trilhar um caminho entrelaçado ao Desenvolvimento Econômico e ter como alicerce um sólido compromisso político com a vida da população, no sentido de desenvolvimento de políticas públicas sociais que protejam integralmente as pessoas e garantam a inclusão social. Desenvolver, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades, é a meta a ser atingida. Para tanto, é preciso apurar o olhar sobre dois aspectos e daí extrair os desafios a serem enfrentados na década de transformação: a realidade social e os diversos e diversificados territórios da cidade. Nesse sentido, chama a atenção, nos últimos anos, o crescente número de famílias em situação de pobreza e insegurança alimentar” (p. 89).

“Um aspecto fundamental para o enfrentamento às situações de vulnerabilidade e extrema pobreza é a atuação territorial, organizada em conjunto com os agentes de políticas sociais (saúde, assistência social, segurança alimentar, educação,

políticas públicas para mulheres, segurança pública, habitação, cultura, esporte e lazer, trabalho e renda, meio ambiente). Esta atuação potencializa o acesso a serviços, benefícios, programas e pode desenvolver processos socioeducativos que reavivem potencialidades nos territórios vulneráveis, construindo e ou fortalecendo laços de convivência e reforço de vínculos sociais tão necessários para o desenvolvimento humano.

Junto ao exponencial crescimento da extrema pobreza caminham outros processos na sociedade como aqueles que agredem o meio ambiente e que afetam e desvalorizam a vida humana e o cotidiano das relações sociais. Os elementos empatia, fraternidade, solidariedade e paz chegam a parecer estranhos à convivência social. São vítimas destes processos, a natureza, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, população LGBTQIA+, negros e indígenas.

Neste cenário, sem o olhar atento e inclusivo, não haverá processo de Desenvolvimento Econômico e Social capaz de prosperar”(p. 92).

4.2. Territorial

a) Regiões de Planejamento

Situando nossos territórios temos:

Mauá, regionalmente é dividida em 14 regiões de planejamento (RP's), e na distribuição da população por região de acordo com o Censo IBGE 2022 constata-se:

- Mauá é cortada pela linha férrea, e na parte de cima estão as RP's 2, 3 e 4.
- Na RP 2, está localizado o Loteamento Industrial Coral e o Polo Industrial do Sertãozinho e nesta região há **2.386** habitantes.(bairros da região – Sertãozinho e Vila Carlina).
- Na região 3 destaca-se o crescimento vertical e conta com **28.522** habitantes (bairros: Parque São Vicente, Jd. Araguaia, Parque Itrapoã, Loteamento Residencial Isabella).
- Na região 4 destaca-se a localização da sede Prefeitura, Câmara Municipal, Fórum da Comarca de Mauá, Teatro Municipal e Parque Natural Municipal prefeito Oswaldo Dias, morando nesta região **51.606** habitantes (principais bairros da região – Vila Mercedes, Bairro Matriz, Jd. Guapituba, Jd. Camila, Jd. Anchieta, Vila Assis Brasil, Vila N.S. das Vitórias, Jd. Pilar, Jd. Pedroso, Jd. Haidê).

Nesta parte de cima da cidade em sua totalidade moram 82.514 pessoas, correspondendo a 19,73% da população de Mauá. Em sua quase totalidade esta região conta com infraestrutura básica consolidada, tendo três microáreas com famílias em situação de vulnerabilidade. O território do CRAS Vila Mercedes abrange as áreas das regiões de planejamento 2 e 4, enquanto que área da região 3 está incluída no território do CRAS Oratório.

Na outra parte da cidade, estão as demais RP's, com as seguintes características:

- A região 1, é a região central da cidade, onde localiza-se a estação de trem Mauá, o terminal municipal de transporte e o comércio central, morando nesta região **9.068** pessoas (bairros: Centro, Vila Bocaina, Vila Guarani).

- Na região 5, encontra-se a estação de trem Capuava, tem em sua área a Refinaria de Capuava, a Estação de tratamento de esgoto e um conjunto de galpões industriais, morando nesta região **461** pessoas (bairro Capuava).
- A região 6 é formada por dois bairros bem estruturados e pelo Polo Petroquímico de Mauá, morando nesta região **8.256** pessoas (bairros: Jd. Sônia Maria, Jd. Sílvia Maria).
- Na região 7 encontra-se, entre outros bairros, a favela do Oratório com 26.046 habitantes, sendo **62.697** o total de habitantes desta região (principais bairros: Jd. Oratório, Jd. Cerqueira Leite, Vila Magine, Jd. Rosina, Vila Santa Cecília, Jd. Ipê, Jd. Paranavaí, Vila Nova Mauá).
- Na região 8 encontra-se a região mais populosa do município, e a Favela do Chafik com **26.835** habitantes, cuja área está na parte mais alta da cidade e onde localiza-se a maioria das áreas de risco de Mauá e áreas distantes dos equipamentos públicos. O total de habitantes desta região é de **69.984** (bairros: Jd. Zaíra, Parque Boa Esperança, Jd. Alto da Boa Vista).
- Na região 9 encontra-se a estação de trem Guapituba. Grande parte da região tem infraestrutura básica consolidada, excetuando duas áreas de ocupação de médio porte com concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Moram nesta área **34.998** pessoas (principais bairros: Parque das Américas, Vila Santa Rosa, Jd. Salgueiro, Jd. Flórida, Jd. Santa Lídia. A área total desta região corresponde ao território do CRAS Parque das Américas).
- Na região 10 encontra-se a Central de Operação da Coop e o Atacadão. É uma das duas regiões originárias da extração de pedras do município. Há nesta região duas áreas significativas de ocupação, concentrando famílias em situação de vulnerabilidade. Moram nesta região **50.323** pessoas (principais bairros: Vila Falchi, Jd. Itapark, Vila Cláudia, Jd. Aracy, Parque Jaguari, Vila Independência, Jd. Mauá, Jd. Campo Verde, Vila América, Jd. Miranda D'Aviz).
- Na região 11 encontra-se, em parte significativa de sua área, bairros oriundos de ocupações e de vendas irregulares de lotes com infraestrutura inadequada, onde concentram-se bolsões de famílias em situação de vulnerabilidade. Moram nesta região **33.758** pessoas (principais bairros: Vila Feital, Vila Lisboa, Jd. São Gabriel,

Jd. Cruzeiro, Jd. Coimbra, Chácara Maria Aparecida. Chácara Maria Francisca, Jd. Itaussú, Sítio Bela Vista). Esta região faz divisa com a área de proteção de mananciais da cidade.

- Na região 12 encontra-se recentes condomínios residenciais (prédios) em meio a seus bairros, acessados em sua grande maioria pela Avenida Barão de Mauá. Há diversos núcleos de comunidades urbanas de pequeno porte e um de médio porte. Moram nesta região **35.348** pessoas (principais bairros: Vila São João, Jd. Bom Recanto, Jd. Canadá, Jd. Sílvia, Jd. Sônia, Jd. Estrela, Parque Alvorada, Jd. Kenedy, Vila Ana, Jd. Maringá, Parque Bandeirantes, Jd. Maria Eneida, Jd. Elisabete).
- Na região 13 encontra-se o Parque da Gruta Santa Luzia, região que foi originária na extração de pedras em Mauá., também acessada em sua maioria pela Avenida Barão de Mauá, fazendo divisa com nossa área de mananciais. Nesta região ocorreu na segunda metade da década de 2010 um processo de ocupação irregular que acentuou a situação de vulnerabilidade em vários núcleos de favelas formadas. Moram nesta região **28.249** pessoas (principais bairros: Jd. Itapeva, Jd. IV Centenário, Jd. Esperança, Jd. Santista, Jd. Adelina, Jd. Camargo, Jd. São Sebastião, Jd. Luzitano, Jd. Hélida, Pajussara, Jd. Éden, Vila Real).
- A região 14, compõe a área de mananciais do município, com baixíssima densidade demográfica, composta por esparsas chácaras e pesqueiros. Moram nesta região **2.605** (principais referências de ocupação: Chácara São Braz, Recanto Vital Brasil, Chácara do Carneiro, Núcleo Sampaio Vidal, Núcleo Carlos de Campos).

Consideramos para efeito de compreensão da relação de nossa população e o quadro atual de vulnerabilidade que apresentaremos na sequência, as seguintes pontuações.

Na divisão da cidade pela linha férrea, do lado de cima da cidade moram 82.514 pessoas, correspondendo a 19,73% da população de Mauá e no lado de baixo moram **335.747** pessoas, correspondendo a **80,27%** de nossa população.

b) Divisão Territorial da Rede Socioassistencial

Da correspondência entre os territórios das regiões de planejamento e os territórios de nossa rede de Proteção Básica temos:

CRAS Vila Mercedes corresponde a soma das regiões de planejamento 2 e 4.

CRAS Oratório corresponde a soma das regiões de planejamento 3, 5,6 e 7 de planejamento, excluindo da região 7, os bairros Nova Mauá e Cerqueira Leite.

CRAS Macuco corresponde a parte da região 8 (Parque Boa Esperança, Alto da Boa Vista e aproximadamente metade do território do Jd. Zaíra) e incluindo os bairros Cerqueira Leite e Nova Mauá, pertencente a região 7.

CRAS Zaíra – corresponde à outra metade do Jd. Zaíra, observando que neste território está aproximadamente 2/3 da área do Chafik.

CRAS Feital – Corresponde aos territórios das regiões de Planejamento 11 e 14, somado ao bairro Miranda D'Aviz que pertence a região 10.

CRAS – São João – Corresponde aos territórios das regiões 12 e 13

CRAS – Falchi – Corresponde aos territórios das regiões 1 e 10, excetuando o bairro Miranda D'Aviz.

CRAS – Parque das Américas – Corresponde ao território da região 9

Referente aos equipamentos da rede de Proteção Especial de Média Complexidade:

CREAS Bocaina – Atende aos territórios dos CRAS, Feital, Macuco, V. Mercedes e Zaíra

CREAS Matriz – Atende aos territórios dos CRAS, Oratório, Falchi, Parque das Américas e São João.

CENTRO POP – Atende ao território total da cidade

4.3. Socioassistencial

a) População e Vulnerabilidade

Há em Mauá 60 favelas e/ou comunidades urbanas, onde residem 115.251 habitantes (27,5% da população geral). Destacam-se neste recorte as duas maiores favelas do município, Favela do Chafick e do Jardim Oratório, sendo respectivamente 19ª e 20ª maiores favelas do Brasil, com 26.835 e 26.046 habitantes.

Dados extraídos do Cadastro Único, base agosto de 2025, revelam que estão inseridas no Cadastro, 18.271 famílias em situação de pobreza. Destas 10.831 são chefiadas por mãe solo (59,28%), 7.158 tem em sua composição, crianças de 0 a 6 anos (39,18%), 7.076 tem em sua composição, crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos (38,73%), 8.263 tem em sua composição, jovens de 15 a 29 anos (45,22%). 12.358 tem em sua composição, pessoas de 30 a 59 anos (67,64%), 1.735 tem em sua composição, pessoas entre 60 e 64 anos (9,50%) e 363 tem em sua composição, pessoas entre 65 a mais (1,99%).

Distribuindo os dados extraídos de famílias em situação de pobreza do Cadastro Único por território dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), constata-se que há três grandes bolsões de vulnerabilidade na cidade:

- 1 – Na soma dos territórios dos CRAS Feital e São João, encontram-se 5.474 famílias (29,96% do total da cidade).
- 2 – Somando os territórios dos CRAS Macuco e Zaíra, temos 5.227 famílias (28,61% do total da cidade).
- 3 – No território do CRAS Oratório, temos 3.242 famílias (17,74%).

Constata-se que nestes três bolsões de vulnerabilidade encontram-se 76,31% das famílias em situação de pobreza.

Acrescendo a estes os territórios do CRAS Falchi com 1.737 famílias (9,51%), CRAS Parque das Américas com 1.215 famílias (6,65%) e CRAS Vila Mercedes com 1.376 famílias (7,53%).

Nas informações do Registro Mensal de Atendimentos (RMA), instrumento de coleta de dados utilizado em todas as unidades de atendimento direto da SAS, foram coletadas

informações de 2024: em ambos os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), os dados identificam que os territórios com maiores incidências nos acompanhamentos do PAEFI, ou seja, que implicam situações diversas de violência e/ou violação de direitos, estão no território de abrangência do CRAS Feital (média de 278 casos/mês), em seguida o território de abrangência do CRAS Zaira (média de 240 casos/mês), seguido do território de abrangência do CRAS Oratório (média de 176 casos/mês) e na sequência o território do CRAS São João (média de 146 casos/mês). Crianças e adolescentes são o público mais vitimizados, na mesma sequência dos territórios citados acima, com as respectivas médias de casos/mês: Feital (211), Zaira (165), Oratório (137) e São João (106), sem descartar ainda os dados também coletados dos demais territórios dos outros quatro CRAS. Evidencia-se ainda a identificação de casos de trabalho infantil no município, fundamentalmente de famílias pertencentes aos territórios do Zaira e Feital, enquanto as maiores incidências das situações de violação de direitos nos casos apontados são negligência, seguido de violência intrafamiliar, no que se refere ao segmento de crianças e adolescentes. Ainda nos casos acompanhados por ambos os CREAS, é possível apontar um expressivo número de casos envolvendo violência e violação de direitos também contra pessoas idosas e pessoas com deficiência (PcD), onde há uma média de 145 casos/mês de pessoas idosas e 84 casos/mês de PcD.

Ressalta-se neste contexto o aumento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, constatado pelo resumo de execução de serviços, onde consta que, em 2021, foram 90 crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Acolhimento Institucional; saltando em 2022 para 110, em 2023 para 149, e fechando 2024 com 194 atendidos. Esse aumento de demanda desencadeou a necessidade de ampliação de atendimento, com a abertura de novas unidades (Parcerias com OSC). O município saiu de uma realidade em que durante muitos anos ofertou 60 vagas para este serviço e atualmente conta com 120 vagas, atuando em capacidade máxima.

Em relação à População em Situação de Rua, há também um perceptível acréscimo. Embora tenhamos em nossos registros 358 prontuários ativos no Centro POP, nota-se a ocorrência de uma evolução na movimentação pela cidade, acompanhada de alteração no perfil desta população. Estimamos atualmente em 500 a quantidade de pessoas em situação de rua na cidade. Aumenta o número de mulheres e preocupa o aumento de

pessoas em situação de rua sendo usuários de substâncias psicoativas e de pessoas em situação de rua em sofrimento mental.

Um dado relevante comparando os Censos do IBGE de 2010 e 2022, no que refere-se a população acima de 60 anos, constata-se uma evolução de 74,73%, passando de 34.508 para 60.299 pessoas.

b) Rede de Atendimento Socioassistencial

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

QUANTIDADE	UNIDADE/SERVIÇO
08 (oito)	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	CRAS – Vila Mercedes
	CRAS – Oratório
	CRAS– Macuco
	CRAS – Zaíra
	CRAS – Feital
	CRAS – São João
	CRAS – Falchi
	CRAS – Parque das Américas
01 (hum)	Unidade Bombeiro Mirim – execução direta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
05 (cinco)	OSC's executando Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
	Instituto Recanto Infantil Tia Célia
	Associação Nova Era Novos Tempos
	Associação Estrela Azul
	Chácara das Flores Eurípedes Barsanulfo
	Instituto Maria Mercês
14 (quatorze)	TOTAL DE UNIDADES DA PSB

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

QUANTIDADE	UNIDADE/SERVIÇO
02 (dois)	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 (hum)	CENTRO POP
02 (dois)	OSC's executando Serviço de Proteção para pessoas com deficiência e suas famílias.
	APASMA – Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Mauá
	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mauá
05(cinco)	TOTAL DE UNIDADES DA PSE MC

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

QUANTIDADE	UNIDADE/SERVIÇO
06 (seis)	OSC prestadoras de Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – execução indireta. Modalidade abrigo – Lar do Menor Sol da Esperança. (02 abrigos) Modalidade abrigo – Associação Brazilian Kids Kare (02 abrigos) Modalidade abrigo – Centro regional de Atenção aos maus tratos à infância do ABC- Ficar de Bem (02 abrigos)
01(hum)	OSC prestadora de Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoa Idosa Instituto de Incentivo à vida – casa de Acolhida Isabel Soler (01 ILPI – abrigo)
03 (três)	OSC prestadora de Serviço de Acolhimento Institucional para pessoa com deficiência – (03 Residências Inclusiva) IMA – Instituto Monsenhor Antunes
01 (hum)	OSC prestadora de Serviço de acolhimento provisório para adulto, na modalidade Casa de Passagem – (01 casa) IMA – Instituto Monsenhor Antunes
11(doze)	TOTAL DE UNIDADES DA PSE – AC

QUANTIDADE	UNIDADE/SERVIÇO
01(hum)	Central de Cadastro Único

QUANTIDADE	UNIDADE/SERVIÇO
31 (trinta e um)	TOTAL DE UNIDADES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

c) Ações a Destacar Período 2021 A 2024

A Secretaria realizou as seguintes ações, objetivando aprimorar a execução da política pública de assistência social;

- Reforma do Centro POP, adequação da equipe de trabalho e estruturação do serviço de atendimento à pessoa em situação de rua, incluindo a Operação Inverno. A supervisão técnica deste serviço é realizada pela equipe da Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Reforma nos CRAS Macuco, Oratório, CREAS Bocaina e Bombeiro Mirim;
- Ampliação do Serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, implantando a terceira Residência Inclusiva;
- Implantação de mais 1 (uma) unidade de CRAS, localizada a rua Friedrich Gunther Meinem; 71 – Vila Falchi, com abrangência de vários bairros,

adequando territórios dos CRAS São João, Parque das Américas e Vila Mercedes;

- Reorganização do SCFV;
- Chamamento Público para parceria técnica e financeira, para execução de SAICA – modalidade Casa Lar;´
- Conferências Municipais de Assistência Social, da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, da população LGBTQIA+, da Juventude.
- Concurso Público, para adequação das equipes de trabalho de todos os equipamentos da Assistência Social de execução direta;
- Readequação e estruturação do processo de funcionamento do Cadastro Único.
- Aprovação da Lei 5805/2021 que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Mauá, e dá outras providências (Lei que regulamenta o SUAS no município);
- Aprovação do primeiro Plano Municipal pela Primeira Infância de Mauá, por meio da Lei Nº 6.227 de 17 de junho de 2024.
- Aprovação da Lei Nº 6.116 de 16 de junho de 2023 que acrescenta dispositivo à Lei Nº 2.771 de 12 de setembro de 1997, instituindo no município de Mauá os Conselhos Gestores de Assistência Social nas unidades de execução direta da política de assistência social.
- A eleição, posse e funcionamento dos Conselhos Gestores de Unidade da Assistência Social.
- Destaca-se o processo de reorganização e estruturação da Central de Cadastro Único, cuja evolução no período verifica-se em dados, como os que seguem:

Referência	Total de cadastros	Famílias em situação de pobreza	Famílias beneficiárias do PBF	Beneficiários BPC Idoso	Beneficiários BPC – PcD
Dez/2020	21.278	9.892	7.919	3.317	2.183
Dez/2024	40.839	19.432	20.899	4.562	3.126

d) Interfaces com outras políticas públicas²

EDUCAÇÃO:	
Existe protocolo formal estabelecido no município para o atendimento de usuários da Assistência Social na rede de serviços de Educação (encaminhamento e acompanhamento)?	SIM
De que maneira o CRAS e o CREAS realizam os encaminhamentos de usuários para o serviço de educação: <p>– CREAS: Rede Municipal de Ensino – encaminhamento de relatórios para solicitação de vagas dos usuários. Rede Estadual de Ensino – solicitação de vaga através do Conselho Tutelar.</p> <p>– CRAS: estabelecimento de diálogos nos territórios visando a atuação em rede, havendo em parte dos territórios a participação de representantes de unidades de ensino da rede estadual presentes na região. É um processo em curso com o propósito de atingir a totalidade dos territórios. Porém há falta de canal de comunicação formal com a rede de ensino estadual.</p>	
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento de crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família? São realizadas ações das coordenações de CRAS com as unidades escolares do território	SIM
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento de pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC? Realiza-se o acompanhamento da família, e inclusão nos grupos de PAIF, SCFV	SIM
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento dos jovens beneficiários do programa Ação Jovem e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto? <p>Os casos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto são acompanhados em conjunto pelo CREAS e pelas escolas da rede. Estão sendo realizadas reuniões da Comissão Intersetorial Permanente do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Mauá para articulação e desenvolvimento das ações, acompanhamento e monitoramento das mesmas.</p> <p>Não há intervenções conjuntas em relação ao programa Ação Jovem.</p>	SIM
Existem outras articulações estabelecidas entre o órgão gestor da Assistência Social e o órgão gestor da Educação em seu município? <p>Articulação para a realização das ações previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância de Mauá.</p> <p>No processo de reuniões de rede, realizadas nos CRAS, os representantes das Unidades de educação infantil presentes no território, tem participado em todas as regiões.</p>	SIM

² Informações para o sistema PMASWEB.

SAÚDE	
Existe protocolo (formal) estabelecido no município para o atendimento de usuários da assistência social na rede de serviços de saúde (encaminhamento e acompanhamento)?	SIM
<p>De que maneira o CRAS, CREAS e Centro Pop realizam os encaminhamentos de usuários para o serviço de saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> – CRAS: orientação e, se necessário, encaminhamento escrito. – CREAS: orientação e, se necessário, encaminhamento escrito. – Centro Pop: articulação através do Consultório de Rua. <p>Os serviços se comunicam nos casos em acompanhamento, além dos encaminhamentos realizados, existe referência e contra – referência, encaminhamento de relatórios técnicos e discussão de casos,</p>	
Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Saúde para acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família?	Sim
Tem ocorrido ações direcionadas a atendimento conjunto nas áreas distantes e ou de difícil acesso.	
Existem intervenções conjuntas, entre Assistência Social e Saúde, para acompanhamento de pessoas idosas ou com deficiência, beneficiárias do BPC?	NÃO
<p>Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Saúde para acompanhamento de famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, vítimas de exploração sexual ou vítimas de violência?</p> <p>Há casos, acompanhados pelos CREAS, encaminhados para atendimento conjunto com os serviços de saúde. São realizadas reuniões com a rede para discussão de casos. Estão sendo realizadas reuniões da Comissão Intersetorial Permanente do Combate ao Trabalho Infantil e Outras Formas de Violação de Direitos Contra Crianças e Adolescentes de Mauá para articulação e desenvolvimento das ações, acompanhamento e monitoramento das mesmas.</p>	SIM
<p>Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Saúde para acompanhamento de adultos, idosos ou pessoas com deficiência?</p> <p>Há casos, acompanhados pelos serviços de Assistência Social, encaminhados para atendimento conjunto com os serviços de saúde. São realizadas reuniões com a rede para discussão dos casos.</p>	SIM
<p>Destaca-se a realização de atividades realizadas em conjunto com a área da saúde em oficinas temáticas desenvolvidas nos CRAS.</p> <p>Articulação para a realização das ações previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância de Mauá.</p>	

SEGURANÇA ALIMENTAR:

A política de segurança alimentar e nutricional (Lei 11.346 de 2006) abrange, dentre outros, a ampliação das condições de acesso aos alimentos; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; e a produção de conhecimento e o acesso à informação.

Ações que o município executa relativas à segurança alimentar

- Restaurante Popular
- Restaurante Popular Móvel
- Banco de Alimento
- Distribuição de alimentos – Hortifrúti
- Cozinhas comunitária
- Programa Estadual Viva leite
- Hortas comunitárias e hortas educacionais
- Programa de educação alimentar

As famílias que estão em acompanhamento do PAIF nos CRAS e que se encontram em insegurança alimentar, são avaliados pela SSAN com o objetivo de identificar a gravidade da insegurança alimentar das famílias e indivíduos. Após a identificação/avaliação essas famílias são consideradas prioritárias e inseridas no Programa de Hortifrúti do Município e passam a receber cesta básica.

TRABALHO, RENDA E EMPREENDEDORISMO

A Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo tem ampliado as possibilidades e diversificação de cursos de capacitação profissional. Nos CRAS, através das oficinas de PAIF (Serviços de Proteção e Atenção Integral à Família) e por meio de mensagens de aplicativo de conversas dos celulares institucionais das unidades, são ofertados cursos de capacitação profissional e vagas de emprego que estão disponíveis na STRE. Esta oferta tem como objetivo qualificar e recolocar no mercado de trabalho os usuários que são beneficiários do Programa Bolsa Família

CULTURA

Através de parceria da Secretaria de Cultura com o Instituto Dona Creuza e Instituto Labirinto, são ofertadas oficinas culturais para o público atendido nos oito CRAS do município. O objetivo é alcançar famílias que não tem possibilidade de acessar atividades culturais que geralmente ocorrem distante dos territórios mais vulneráveis, ofertando cultura através da música, da dança, do artesanato. Estas oficinas estão sendo adaptadas e desenvolvidas também no Centro POP.

Articulação para a realização das ações previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância de Mauá.

4.4. Análise e Interpretação

Registrando inicialmente que estamos em um momento mais favorável que o quadriênio passado, marcado por um contexto de crise social, econômica e política e pelos impactos da Pandemia de Covid 16, destaca-se no atual contexto, a queda nas taxas de desemprego, fechando 2021 em 13%, correspondendo a 13 milhões de desempregados, registrando redução em 2024 para 6,6%, equivalente a 7,4 milhões de desempregados, segundo o IBGE.

Ainda segundo o IBGE a renda média domiciliar per capita 2021 foi de R\$1.367,00, atingindo em 2024 o valor de R\$2.020,00. Esta trajetória é impulsionada por programas sociais, e pela melhora no mercado de trabalho com aumento do número de pessoas trabalhando.

Porém mesmo com estas melhorias apontadas é prudente apurarmos o olhar na realidade social. Não se trata de uma melhora linear, em relação às regiões brasileiras, das cidades, das diversas composições familiares e suas realidades (sócio, econômicas e culturais), em relação a gênero, raça, entre outras particularidades.

É presente na dimensão política e econômica, a tensão que transita entre as visões conservadora, liberal e progressista, quanto a necessidade de cortes nos programas e benefícios sociais e ou a necessidade de buscar uma justiça tributária e social. Nesta tensão estão presentes a produção de avanços e ou recuos na realidade social brasileira.

Em Mauá nos deparamos com o quadro de vulnerabilidade apontado no diagnóstico socioassistencial. Uma realidade que para ser transformada vai além dos esforços e da devida atuação da Política de Assistência Social. É premente que esta realidade seja evidenciada territorialmente, seja objeto de análise, de planejamento, monitoramento e de ação do ponto de vista de todas as políticas sociais, e do ponto de vista de ações integradas e intersetoriais.

Considerando as tarefas de superar as desigualdades e erradicar a pobreza, intervindo eficazmente para transformar a realidade social de Mauá, compreendemos que em cada território da cidade a vida pulsa diferente. Em cada um deles há potencialidades e fragilidades próprias, assim como a possibilidade de construção de alternativas variadas de intervenção e envolvimento comunitário. Neste sentido a atuação intersetorial com

base territorial, é de fundamental importância para reversão do quadro de vulnerabilidade existente.

Mas sobretudo neste contexto e no anseio de que a Assistência Social de Mauá cumpra seu papel, e que haja a efetivação do presente PMAS, afirmamos que é fundamental o fortalecimento do SUAS de Mauá, para o que destacamos desafios que se colocam como centrais, tais como:

1 – Fortalecer os níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do SUAS Mauá, a fim de potencializar ações de cunho preventivo e de garantir Proteção Integral e Segurança Social às pessoas com vínculos fragilizados, direitos violados e vítimas de violência.

2 – Desenvolver ações focadas nas famílias em situação de pobreza, direcionadas às mães solo, as crianças na primeira infância, jovens, pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente ações que fortaleçam vínculos e convivência social, ações que possibilitem a inserção e capacitação profissional e acesso ao trabalho para mulheres e jovens.

3 – Realizar Concurso Público para recomposição e ampliação das equipes de referência.

4 – Implantar núcleo de Educação Permanente.

5 – Aprimorar instrumentos de construção de indicadores sociais, de monitoramento e avaliação e de evolução do mapa de vulnerabilidade social dos territórios dos CRAS.

Em conclusão desta breve análise, as tarefas prioritárias para a Assistência Social de Mauá, neste quadriênio por vir, são: Buscar a superação dos desafios acima; colocar-se a serviço do processo construção de ações integradas e intersetoriais nos territórios vulneráveis, e atuar atentamente e com vigor no fortalecimento dos serviços de atendimentos especializados para garantir direitos, reatar vínculos familiares e de convivência e garantir proteção integral, entre outras garantias. Ao mesmo tempo é imperativo ampliar o alcance, qualificar, potencializar e estruturar os serviços de proteção básica, possibilitando ampliar o número de famílias acompanhadas e de participantes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o atendimento destas famílias em áreas distantes e de difícil acesso.

5. OBJETIVOS

5.1. Geral

Organizar, regulamentar e nortear a execução da Política Municipal de Assistência Social, no período 2026 a 2029, na perspectiva do SUAS, em consonância com as diretrizes legais da Política Nacional de Assistência Social, promovendo serviços de proteção básica e especial, bem como programas, projetos e benefícios para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social.

5.2. Específicos

- Garantir a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais.
- Organizar e fortalecer a rede socioassistencial para atendimento à família em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.
- Implementar e implantar ações de qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.
- Garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos sociais e órgãos de defesa.
- Sistematizar informações, visando a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias/pessoas, nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos).
- Identificar, definir e executar medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais.

6. DIRETRIZES

Este plano segue as diretrizes apontadas pelo II Plano Decenal, no que se refere àquelas aplicadas ao âmbito municipal:

DIRETRIZ 1. PLENA UNIVERSALIZAÇÃO DO SUAS, TORNANDO-O COMPLETAMENTE ACESSÍVEL, COM RESPEITO À DIVERSIDADE E À HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS.

Tornar os serviços e benefícios socioassistenciais acessíveis, garantindo que sua qualificação e ampliação sejam orientadas pelo conhecimento e reconhecimento das diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios e das manifestações de desigualdades que expressem demandas no campo da proteção social não contributiva.

CONTÍNUO APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO SUAS, RESPEITANDO A DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, DAS FAMÍLIAS E DOS TERRITÓRIOS.

Buscar o contínuo aperfeiçoamento por meio da consolidação dos dispositivos de gestão do trabalho, de gestão da vigilância socioassistencial e da gestão orçamentária e financeira.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO.

Fortalecer e ampliar espaços de participação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS e implementar política de comunicação que assegure ampla divulgação das provisões socioassistenciais, reafirmando-as como direitos e enfrentando preconceitos.

INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

Frente a exigência de atuação do sistema protetivo de atuar de forma integrada e articulada, para atender às demandas de seus usuários é oportuno refletir sobre o desenvolvimento de estratégias de gestão que viabilizem abordagens intersetoriais, talvez, o único caminho possível

para enfrentar situações geradas por condições multicausais. A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população.

7. AÇÕES, ESTRATÉGIAS E METAS CORRESPONDENTES PARA IMPLEMENTAR

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO(DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	META
APRIMORAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL	REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR (ESTRUTURA FÍSICA E/OU EQUIPAMENTOS)	ADQUIRIR VEÍCULOS PARA USO NOS TERRITÓRIOS	COMPOR FROTA A SERVIÇO DA SECRETARIA, CONSIDERANDO SER VITAL A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA CADA DOIS CRAS, UM VEÍCULO PARA ABORDAGEM REFERENTE A PETI, E UM VEÍCULO PARA ABORDAGEM REFERENTE AOS SERVIÇOS DO CENTRO POP	1	COMPOSIÇÃO DE FROTA A SERVIÇO DA SECRETARIA, CONSIDERANDO SER VITAL A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA CADA DOIS CRAS, UM VEÍCULO PARA ABORDAGEM REFERENTES A PETI, E UM VEÍCULO PARA ABORDAGEM REFERENTES AOS SERVIÇOS DO CENTRO POP	ADQUIRIR 07 VEÍCULOS
	REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	REALIZAR CONCURSO PÚBLICO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	RECOMPOR EQUIPES DE REFERÊNCIA, CONFORME NOB/RH-SUAS E CONSIDERANDO DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS.	2	-AVALIAR A DEMANDA PARA RECOMPOSIÇÃO DAS EQUIPES PARA O ATENDIMENTO ADEQUADO DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS, INCLUINDO LEVANTAMENTO DE CUSTO. - GARANTIR A EQUIDADE DAS EQUIPES LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS CRAS COM MAIOR FLUXO DE ATENDIMENTOS. - ELABORAR PROPOSTA A SER ENCAMINHADA ÀS SECRETARIAS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.	-RECOMPOR E ACRESCEM POR DEMANDA EQUIPES DE REFERÊNCIA (CRAS, CREAS, CENTRO POP), CONTRATANDO 16 TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR E 13 DE NÍVEL MÉDIO. -PARA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS SERVIÇOS: CONTRATAÇÃO DE 6 TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR E 6 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO, 2 ADMINISTRATIVOS, DOIS AUXILIARES DE APOIO OPERACIONAL e 7 MOTORISTAS
	EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS	EFETIVAR O FUNCIONAMENTO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	CAPACITAR TRABALHADORES DO SUAS (INCLUINDO OSCS) E CONSELHOS DE DIREITOS	3	- IMPLANTAR NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE. - ELABORAR E EXECUTAR O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DO MUNICÍPIO E OBSERVANDO AS SEGUINTE DIRETRIZES: - CAPACITAR PARA APRIMORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS QUE PROMOVA A VALORIZAÇÃO, ATUAÇÃO E PERTENÇA AO SUAS DO MUNICÍPIO; - QUE CONTEMPLE AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE CADA GERÊNCIA, DEPARTAMENTO E SERVIÇOS; - QUE DIRECIONE-SE A TODA A REDE SOCIOASSISTENCIAL; - QUE PROMOVA A OPERAÇÃO, INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO; CONSIDERANDO	- CAPACITAR 25% DOS FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS A CADA ANO DO PLANO. -CAPACITAR 25% DA REDE INDIRETA A CADA ANO DO PLANO. - TER APROVADO NO CMAS O PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, ATÉ 2027

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO(DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	META
					ESPAÇOS DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS	
	GESTÃO DO TRABALHO	PLANEJAR ATIVIDADES DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	EFETIVAR ANUALMENTE O PLANEJAMENTO DAS UNIDADES E DO ÓRGÃO GESTOR.	4	- ORGANIZAR COM AS PROTEÇÕES O PLANEJAMENTO ANUAL DOS SERVIÇOS /UNIDADES; - ESTABELECE CRONOGRAMA; - INCLUIR ITENS QUE COMPORÃO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA	TER PLANEJAMENTO ANUAL DAS 12 UNIDADES E 01 DO ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATÉ NOVEMBRO DE CADA ANO
	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	IMPLANTAR O PLANO DE AÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	PRODUZIR ANÁLISES DE DADOS SISTEMATIZADOS, PARA SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES	5	-AMPLIAR AS POSSIBILIDADES DE COLETA DE DADOS, DE INFORMAÇÕES E DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS; - PROCESSAR A SISTEMATIZAÇÃO DAS COLETAS; - PRIORIZAR A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS OFICIAIS, COMO O OBSERVATÓRIO DO CADASTRO ÚNICO. - INVESTIR NA DEFINIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES. - APERFEIÇOAR PARCERIA COM A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO.	APLICAR 100% DO PLANO DE AÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO PERÍODO DE QUATRO ANOS.
		ELABORAR O MAPA TERRITORIAL DE VULNERABILIDADE	SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES NOS TERRITÓRIOS	6	- ORGANIZAR E SISTEMATIZAR DADOS, INFORMAÇÕES E DEMANDAS CONSIDERANDO A BASE TERRITORIAL DOS CRAS; - DEFINIR INDICADORES SOCIAIS - ATUALIZAR PERIODICAMENTE O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO; - GEORREFERENCIAR, DADOS, INFORMAÇÕES E DEMANDAS POR TERRITÓRIO DE CRAS; - ELABORAR E DIVULGAR PERIODICAMENTE O BOLETIM DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL; - CONSTRUIR O MAPA DA VULNERABILIDADE DA CIDADE, POR TERRITÓRIO.	OBTER MAPAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONSIDERANDO CADA UM DOS TERRITÓRIOS DOS CRAS. 08 NO TOTAL.
GESTÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL	QUALIFICAÇÃO / IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	IMPLANTAR CRAS MÓVEL NO MUNICÍPIO.	GARANTIR ATENDIMENTO A PESSOAS QUE RESIDEM EM ÁREAS VULNERÁVEIS E DISTANTE DOS CRAS	7	-ADQUIRIR VEÍCULO - PROVIDENCIAR EQUIPAGEM - CONTRATAR EQUIPE PARA ATUAÇÃO ESPECÍFICA COM O CRAS MÓVEL -REALIZAR MAPEAMENTO DAS ÁREAS VULNERÁVEIS E DISTANTES DOS CRAS. - DEFINIR AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS IN LOCO; - PLANEJAR E DESENVOLVER AÇÕES PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS QUE RESIDEM DISTANTE DOS CRAS.	-TER 01 VEÍCULO EQUIPADO ATÉ ANO 2027 - TER EQUIPE DESIGNADA ATÉ ANO 2027 - TER PLANO DE TRABALHO PARA ESTA EQUIPE ATÉ ANO 2027 - ATENDIMENTO DE 200 FAMÍLIAS/MÊS
		APRIMORAR O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS E	GARANTIR ATENDIMENTO ADEQUADO A POPULAÇÃO IMIGRANTE E REFUGIADOS	8	-PROMOVER CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA REFERENTE AO CONTEXTO E ATENDIMENTO À POPULAÇÃO IMIGRANTE E REFUGIADOS.	TER UM NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À POPULAÇÃO IMIGRANTE E

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO(DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	META
		INDIVÍDUOS IMIGRANTES E REFUGIADOS PRESENTES NO MUNICÍPIO.	NO MUNICÍPIO		-PROMOVER A TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM SERVIÇOS QUE ATENDAM ESSA POPULAÇÃO; -AVANÇAR NA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO IMIGRANTES EM MAUÁ. -CRIAR EM CONJUNTO COM A SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA DAR SUPORTE ÀS EQUIPES DA SAS	REFUGIADOS NO MUNICÍPIO,
		EXPANDIR A OFERTA DO SCFV NOS TERRITÓRIOS DOS CRAS SÃO JOÃO E FALCHI	AMPLIAR ACESSO E ATENDIMENTO DO SCFV NOS TERRITÓRIOS DOS CRAS SÃO JOÃO E FALCHI	9	- REFORMAR E AMPLIAR O CRAS SÃO JOÃO. -MAPEAR ENTIDADES EXISTENTES NOS TERRITÓRIOS COM POTENCIAL DE DESENVOLVER PARCERIA PARA EXECUÇÃO DE SCFV. -REALIZAR CHAMAMENTO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DE SCFV NOS TERRITÓRIOS DOS CRAS SÃO JOÃO E FALCHI. -APRIMORAR O SCFV CONVENIADO REVENDO NÚMEROS DE VAGAS	-ATENDER 70 PESSOAS NO SCFV NO TERRITÓRIO DO CRAS FALCHI A PARTIR DE 2027 - ATENDER 100 PESSOAS NO SCFV NO TERRITÓRIO DO CRAS SÃO JOÃO A PARTIR DE 2027.
		IMPLANTAR SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS	OFERTAR SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS	10	-REALIZAR ESTUDO VISANDO A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA PARA ATENDIMENTO NO DOMICÍLIO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS. - CONTRATAR E CAPACITAR EQUIPE PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. - DESENVOLVER AÇÕES INTERSETORIAIS PARA O ATENDIMENTO A ESTE PÚBLICO - APRIMORAR O SERVIÇO CONVENIADO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS (APAE E APASMA), REFERENCIANDO AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO PAIF.	TER 01 SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E IDOSAS IMPLANTADO.
		IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	OFERTAR ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA VISANDO O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS	11	- ELABORAÇÃO DE PROJETO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA CONSIDERANDO: - (ACESSIBILIDADE, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE CONVÍVIO, MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA) - VIABILIZAR AS CONDIÇÕES E PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO -FORTALECER E ESTRUTURAR O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA NO SCFV JÁ EXECUTADO NOS TERRITÓRIOS (CRAS - EXECUÇÃO DIRETA)	TER 01 SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS IMPLANTADO.
	QUALIFICAÇÃO / IMPLANTAÇÃO	AMPLIAR EQUIPE TÉCNICA DOS	ATENDER ADEQUADAMENTE A CRESCENTE DEMANDA,	12	-REALIZAR ESTUDO DAS DEMANDAS -FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE AS PROTEÇÕES, EM PARTICULAR ENTRE A MÉDIA COMPLEXIDADE E A	CONTRATAR 01 TÉCNICO PARA CADA CREAS PARA ATENDIMENTO AO PAEFI.

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO(DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	META
	ÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	CREAS	AMPLIANDO O ATENDIMENTO DO PAEFI.		PROTEÇÃO BÁSICA -DEFINIR AS ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS PARA AMPLIAÇÃO DE RH -CONTRATAR TÉCNICOS DE ENSINO SUPERIOR -ALINHAMENTO DE DEMANDAS COM PODER JUDICIÁRIO QUE SOBRECARREGAM OS CREAS, PREJUDICANDO A EFETIVIDADE DO ACOMPANHAMENTO DO PAEFI -ALINHAMENTO COM A SPPM PARA ATENDIMENTO EM GRUPO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS PELA EQUIPE DO PAEFI	
		IMPLANTAR A POLÍTICA DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - LEI 14.821/24	APRIMORAR E QUALIFICAR O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO.	13	CRIAR GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL PARA DESENVOLVER PLANO DE ATENDIMENTO INTEGRADO CONSIDERANDO A LEI 14.821/24. -INSTITUIR POR PORTARIA COMITÊ INTERSETORIAL - DESENVOLVER AS AÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ATENDIMENTO INTEGRADO	- TER 01 GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAL (2026) -MANTER ATUALIZADO E FUNCIONANDO O COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. -TER UM PLANO DE ATENDIMENTO INTEGRADO APROVADO PELO CMAS E PUBLICADO. (2026)
		IMPLANTAR GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL PARA ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SOFRIMENTO MENTAL	APRIMORAR ATENDIMENTO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA EM SOFRIMENTO MENTAL	14	-MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SOFRIMENTO MENTAL; -CONSTITUIR GRUPO DE TRABALHO PARA ESTUDO DE CASOS E DEFINIÇÃO DE PLANO DE ATENDIMENTO E AÇÕES CONJUNTAS; - REALIZAR A AÇÕES E MONITORAR A POPULAÇÃO ALCANÇADA PELAS AÇÕES.	-TER O MAPEAMENTO DE LOCAIS E NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO MENTAL (2026) -TER UM GT DE ESTUDO DE CASOS (2026)
	QUALIFICAÇÃO / IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	IMPLANTAR PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA	DIMINUIR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E CRIANÇAS E ADOLESCENTE	15	- DESENVOLVER ESTUDO TÉCNICO E FINANCEIRO; -ELABORAR EDITAL DE CHAMAMENTO; -REALIZAR O CHAMAMENTO PÚBLICO. -CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO.	TER O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA IMPLANTADO ATÉ 2027
		IMPLANTAR PROGRAMA DE APADRINHAMENTO NOS SAICAS	DIMINUIR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E CRIANÇAS E ADOLESCENTE	16	PROMOVER DIÁLOGOS COM OS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E COM AS EQUIPES TÉCNICAS DOS SAICAS; -FORMATAR AS BASES DO PROCESSO DE	TER O PROGRAMA IMPLANTADO ATÉ 2027

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO(DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	META
	DE ALTA COMPLEXIDADE				APADRINHAMENTO NA REDE DE SAICAS NO MUNICÍPIO; - INCLUIR NOS PLANOS DE TRABALHO DESENVOLVIDOS PELOS SAICAS.	
		IMPLANTAR SERVIÇO HÍBRIDO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOA IDOSA COM GRAU III DE DEPENDÊNCIA (SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL)	OFERTAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A PESSOA IDOSA COM GRAU III DE DEPENDÊNCIA, SEM RETAGUARDA FAMILIAR	17	-DESENVOLVER ESTUDO TÉCNICO E FINANCEIRO EM PARCERIA COM A SECRETARIA DE SAÚDE -ELABORAR EDITAL DE CHAMAMENTO -REALIZAR O CHAMAMENTO PÚBLICO -CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO	TER 01 SERVIÇO IMPLANTADO.
	MELHORIAS EM UNIDADE PÚBLICA (ESTRUTURA FÍSICA E/OU EQUIPAMENTOS)	REALIZAR AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	MELHORAR INFRAESTRUTURA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	18	- REALIZAR LEVANTAMENTO SOBRE DEFASAGEM DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS. - REALIZAR LEVANTAMENTO DE CUSTOS. - ANALISAR ALTERNATIVAS E DEFINIR PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO. - ABERTURA DE PROCESSOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E PARA EQUIPAMENTOS.	DISPONIBILIZAR EQUIPAMENTOS E/OU MOBILIÁRIOS PARA AS 12 UNIDADES DE ATENDIMENTO (CRAS, BOMBEIRO MIRIM, CREAS, CENTRO POP)
		REFORMAR E ADEQUAR AS UNIDADES DOS CRAS, CREAS BOCAINA, CENTRO POP E BOMBEIRO MIRIM	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS E AMPLIAR ACESSO A SERVIÇOS E PROGRAMAS.	19	- REALIZAR AVALIAÇÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DETALHANDO OS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS POR UNIDADE, INCLUINDO ESTUDO ORÇAMENTÁRIO. -DEFINIR O CRONOGRAMA DE INTERVENÇÕES POR UNIDADE -EFETIVAR CAPTAÇÃO DE RECURSOS -DESENVOLVER OS PROCEDIMENTOS PARA INTERVENÇÃO POR UNIDADE.	-REFORMAR CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS (2026) -REFORMAR CRAS VILA MERCEDES (2027) -AMPLIAR CRAS SÃO JOÃO (2027) - REFORMAR CRAS FEITAL (2028) - REFORMAR CRAS MACUÇO (2028) - REFORMAR CRAS ORATÓRIO (2028) -REFORMAR CRAS ZAIRA (2029) -REFORMAR CRAS FALCHI(2029) -REFORMAR CREAS BOCAINA (2028) REFORMAR BOMBEIRO MIRIM 2028 -REFORMAR CENTRO POP (2028)
		IMPLANTAR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA NAS UNIDADES DE	GARANTIR SEGURANÇA DOS TRABALHADORES E USUÁRIOS, EVITANDO E PREVENINDO ATOS DE VANDALISMO NOS	20	- DESENVOLVER EM CONJUNTO COM A SSP, PLANO DE SEGURANÇA, MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA PARA OS EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL - REALIZAR LEVANTAMENTO DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS NO PROCESSO DE	- TER 01 PLANO DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO (2027) - ADQUIRIR OS EQUIPAMENTOS DO PLANO (2027)

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO(DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	META
		ATENDIMENTO.	EQUIPAMENTOS.		MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA. - REALIZAR OS PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	
	GERENCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	REVISAR REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	MELHORAR A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO NÍVEL MUNICIPAL	21	- REALIZAR LEVANTAMENTO SOBRE AS DEMANDAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS. - CRIAR GRUPO DE TRABALHO PARA DESENVOLVER AS AÇÕES DE REVISÃO PARA REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.	TER NOVO DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS. (2027)
	GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	REALIZAR CAPACITAÇÃO INTERSECRETARIAL SOBRE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.	-APRIMORAR O GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS COM FOCO EM DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES	22	-REALIZAR CAPACITAÇÃO INTERSECRETARIAL SOBRE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SEUS DESAFIOS.	REALIZAR 02 ENCONTROS AO ANO, DE CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DE SERVIÇO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENVOLVIDAS NAS AÇÕES DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDAS.
	GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	FORTALECER A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	MELHORAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DO PBF.	23	- GARANTIR A EFETIVA ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. - PROMOVER DIÁLOGOS INTERSECRETARIAL ESTABELECEndo PROCEDIMENTOS, FLUXOS E FORMAS DE ENCAMINHAMENTO	REALIZAR 04 ENCONTROS POR ANO (REUNIÕES DE TRABALHO TRIMESTRAIS DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA)
IMPLEMENTAÇÃO DO CONTRÓLE SOCIAL	APOIO TÉCNICO E/OU OPERACIONAL AO CMAS	GARANTIR O APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	PROPICIAR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO CMAS	24	- CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS - FORNECER SUBSÍDIOS NORMATIVOS - FORNECER AS ESTRUTURAS FÍSICA E OPERACIONAL NECESSÁRIAS	MANTER NA SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR (SERVIÇO SOCIAL) PARA SUPORTE AO CMAS
	DISSEMINAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DESENVOLVER PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA SOBRE A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAR TRANSPARÊNCIA ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA REDE SOCIOASSISTENCIAL	25	- DESENVOLVER E IMPLANTAR PLANO DE COMUNICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. -SISTEMATIZAR OS PRINCIPAIS DADOS E AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - IMPLANTAR O PLANO DE AÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, COM DIVULGAÇÃO DE BOLETINS INFORMATIVOS, INICIALMENTE SEMESTRAIS. - TRABALHO CONJUNTO DA VSA E NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, GARANTINDO O ALINHAMENTO CONCEITUAL NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO E A IMPORTÂNCIA DA COLETA DE DADOS	PUBLICAR 02 BOLETINS POR ANO (DIFUSÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS)

EIXO	SUBEIXO	AÇÃO	OBJETIVO A ALCANÇAR	Nº	DESCRIÇÃO(DEFINIÇÃO DA AÇÃO, ETAPAS, METODOLOGIA, ESTRATÉGIA)	META
					<p>QUE REFLITAM OS MESMOS DE MANEIRA MAIS PRÓXIMA E POSSÍVEL DA REALIDADE.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PROMOVER E AMPLIAR AS CAMPANHAS COM TEMAS ESPECÍFICOS QUE PRIORIZEM O TERRITÓRIO, PARTINDO DO DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL - ARTICULAR COM A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, O APOIO TÉCNICO, PRODUÇÃO DE MATERIAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL. - ORGANIZAR PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA. - IMPLANTAR A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADE TRIMESTRAL E ANUAL JUNTO AO CMAS, CONFORME PREVÊ LEI DO SUAS NO MUNICÍPIO, COM POSTERIOR PUBLICAÇÃO ONLINE. 	

8. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Para o plano foram desenhadas Metas, Resultados, Recursos, Indicadores e Cronograma. Pretende-se que todas as ações tenham impacto direto sobre os usuários e que signifique a evolução do Sistema Único de Assistência Social em Mauá, de forma que se aproxime cada vez mais dos objetivos gerais da PNAS e da necessidade da população.

AÇÃO	Nº	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	RECURSOS	SETOR RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029
ADQUIRIR VEÍCULOS PARA USO NOS TERRITÓRIOS	1	ADQUIRIR 07 VEÍCULOS	- ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO; - NÚMERO DE VEÍCULOS A SER ADQUIRIDOS (07)	AGILIDADE NO DESLOCAMENTO DAS EQUIPES E NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS NOS TERRITÓRIOS.	560.000	GABINETE E GERÊNCIA FINANCEIRA	X	X	X	
REALIZAR CONCURSO PÚBLICO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	2	-RECOMPOR E ACRESCER POR DEMANDA EQUIPES DE REFERÊNCIA (CRAS, CREAS, CENTRO POP), CONTRATANDO 16 TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR E 13 DE NÍVEL MÉDIO. -PARA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS SERVIÇOS, SERÁ NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE 6 TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR E 6 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO, 2 ADMINISTRATIVOS, 2 AUXILIARES DE APOIO OPERACIONAL E 7 MOTORISTAS	-ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA CONFORME NOB RH/SUAS	EQUIPES DE REFERÊNCIA COMPOSTAS CONFORME NOB RH/SUAS PARA O ADEQUADO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS. - TER EQUIPES PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS	NÃO ONERA O FMAS	GESTÃO SUAS / GESTÃO DO TRABALHO	X	X	X	
EFETIVAR O FUNCIONAMENTO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	3	CAPACITAR 25% DOS FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS A CADA ANO DO PLANO. CAPACITAR	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PARTICIPANDO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMADAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DIRIGIDAS A TOTALIDADE	30.000 POR ANO	GESTÃO SUAS / CAPACITAÇÕES: D.E.P	X	X	X	X

AÇÃO	Nº	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	RECURSOS	SETOR RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029
PERMANENTE (D.E.P)		25% DA REDE INDIRETA A CADA ANO DO PLANO –TER APROVADO NO CMAS O PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, ATÉ 2027	PERMANENTE	DOS TRABALHADORES/AS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL						
PLANEJAR ATIVIDADES DAS UNIDADES E ÓRGÃO GESTOR	4	TER PLANEJAMENTO ANUAL DAS 12 UNIDADES E 01 DO ÓRGÃO GESTOR ATÉ NOVEMBRO DE CADA ANO.	PLANEJAMENTOS REALIZADOS POR UNIDADES	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME PLANEJADO	-	GESTÃO SUAS/ PSEs PSB	X	X	X	X
IMPLANTAR O PLANO DE AÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	5	APLICAR 100% DO PLANO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO PERÍODO DE QUATRO ANOS.	ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	APLICAÇÃO O PLANO DE AÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.	50.000	VIGILÂNCIA	X	X	X	X
ELABORAR O MAPA TERRITORIAL DE VULNERABILIDADE	6	OBTER 08 MAPAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONSIDERANDO CADA UM DOS TERRITÓRIOS DOS CRAS.	ACOMPANHAMENTO DAS ELABORAÇÕES E MAPAS TERRITORIAIS DE VULNERABILIDADE SOCIAL PRODUZIDOS	AVANÇO NO CONHECIMENTO DO CONTEXTO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES PARA INTERVIR NAS DIFERENTES REALIDADES	-	VIGILÂNCIA	X	X	X	X
IMPLANTAR CRAS MÓVEL NO MUNICÍPIO.	7	TER 01 VEÍCULO EQUIPADO ATÉ ANO 2027 - TER EQUIPE DESIGNADA ATÉ ANO 2027 - TER PLANO DE TRABALHO PARA ESTA EQUIPE ATÉ ANO 2027 - ATENDIMENTO DE 200 FAMÍLIAS/MÊS	ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO; -AQUISIÇÃO DE VEÍCULO; – COMPOSIÇÃO DE EQUIPE VOLANTE.	EXPANSÃO DAS POSSIBILIDADES E ACESSO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO ÀS PESSOAS QUE RESIDEM EM ÁREAS VULNERÁVEIS E DISTANTE DOS CRAS	VEÍCULO ONERA A UNIÃO EQUIPE NÃO ONERA O FMAS	PSB/ FINANCEIRO		X		
APRIMORAR O ATENDIMENTO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	8	TER UM NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO IMIGRANTE E	TER O NÚCLEO; - TER EQUIPE DESIGNADA.	ATENDIMENTO ADEQUADO A POPULAÇÃO IMIGRANTE E REFUGIADOS NO MUNICÍPIO	ONERA OUTRA SECRETARIA	GABINETE SAS E SRI	X	X	X	X

AÇÃO	Nº	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	RECURSOS	SETOR RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029
IMIGRANTES E REFUGIADOS NO MUNICÍPIO.		REFUGIADOS NO MUNICÍPIO								
EXPANDIR A OFERTA DO SCFV NOS TERRITÓRIOS DOS CRAS SÃO JOÃO E FALCHI.	9	ATENDER 70 PESSOAS NO SCFV NO TERRITÓRIO DO CRAS FALCHI A PARTIR DE 2027 - ATENDER 100 PESSOAS NO SCFV NO TERRITÓRIO DO CRAS SÃO JOÃO A PARTIR DE 2027.	ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE REFORMAS E CHAMAMENTO PÚBLICO E NÚMERO DE ACRÉSCIMO AOS ATENDIMENTOS NO SCFV	AMPLIAÇÃO DO ACESSO E ATENDIMENTO DO SCFV NOS TERRITÓRIOS DOS CRAS SÃO JOÃO E FALCHI	262.500 POR ANO	PSB		X	X	X
IMPLANTAR SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS	10	TER 01 SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS IMPLANTADO.	- ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO; -NÚMERO DE ATENDIMENTOS EM DOMICÍLIO DE PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	PROMOÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS E REDUÇÃO DE CASOS DE ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E DE ISOLAMENTO.	RH NÃO ONERA O FMAS	PSB/ FINANCEIRO		X		
IMPLANTAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	11	- TER 01 CENTRO IMPLANTADO	ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO E IMPLANTAÇÃO	EXPANSÃO DO ACESSO PARA PESSOAS IDOSAS EM ATIVIDADES QUE FORTALEÇAM OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS	1.500.000	GABINETE SAS E PSB		X		
AMPLIAR EQUIPE TÉCNICA DOS CREAS	12	CONTRATAR 01 TÉCNICO PARA CADA CREAS PARA ATENDIMENTO AO PAEFI.	-NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS; - NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS.	ATENDIMENTO ADEQUADO DIANTE DO QUADRO DA CRESCENTE DEMANDA PELOS SERVIÇOS DOS CREAS, AMPLIANDO O ATENDIMENTO DO PAEFI.	NÃO ONERA O FMAS	PSE MC		X		
IMPLANTAR A POLÍTICA DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (LEI 14.821/24)	13	- TER 01 GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAL -MANTER ATUALIZADO E FUNCIONANDO O COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS	NÚMERO DE PESSOAS QUE DEIXARAM DE ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA	APRIMORAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 14.821/2024.	-	PSE MC	X	X	X	X

AÇÃO	Nº	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	RECURSOS	SETOR RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029
		PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. -TER UM PLANO DE ATENDIMENTO INTEGRADO APROVADO PELO CMAS E PUBLICADO. (2026)								
IMPLANTAR GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL PARA ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SOFRIMENTO MENTAL	14	-TER O MAPEAMENTO DE LOCAIS E NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO MENTAL (2026) -TER UM GT DE ESTUDO DE CASOS (2026)	NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E SOFRIMENTO MENTAL ATENDIDAS	ATENDIMENTO ADEQUADO AS PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA EM SOFRIMENTO MENTAL ENVOLVENDO O CONJUNTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATUAM NESTA REALIDADE	-	PSE MC	X	X	X	X
IMPLANTAR PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA	15	TER O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA IMPLANTADO E 2027	NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS NOS SAICAS	DIMINUIÇÃO DE ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS NOS SAICAS	328.000 POR ANO	PSE AC		X		
IMPLANTAR PROGRAMA DE APADRINHAMENTO NOS SAICAS	16	TER O PROGRAMA IMPLANTADO ATÉ 2027	NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES APADRINHADOS NOS SAICAS	COM O APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS NOS SAICAS QUALIFICAR O ATENDIMENTO	-	PSE AC	X	X		
IMPLANTAR SERVIÇO HÍBRIDO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOA IDOSA COM GRAU III DE DEPENDÊNCIA (SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL)	17	TER 01 SERVIÇO IMPLANTADO.	NÚMERO DE PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS	A GARANTIA DE ACESSO A SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS IDOSAS COM GRAU III DE DEPENDÊNCIA, NO MUNICÍPIO	ESTUDO DE CUSTO OCORRERÁ APÓS DEFINIÇÃO DE QUAIS ASPECTOS SERÃO FINANCIADOS PELO FMAS	PSE AC		X		
REALIZAR AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	18	DISPONIBILIZAR EQUIPAMENTOS E/OU MOBILIÁRIOS PARA AS 12 UNIDADES DE	ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO	MELHORA DA INFRAESTRUTURA E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS UNIDADES DE	800.000	GABINETE	X	X	X	X

AÇÃO	Nº	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	RECURSOS	SETOR RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029
		ATENDIMENTO (CRAS, BOMBEIRO MIRIM, CREAS, CENTRO POP)		ATENDIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL						
REFORMAR E ADEQUAR AS UNIDADES DOS CRAS, CREAS BOCAINA, CENTRO POP E BOMBEIRO MIRIM	19	- REFORMAR CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS (2026) -REFORMAR CRAS VILA MERCEDES (2027) -AMPLIAR CRAS SÃO JOÃO (2027) -REFORMAR CRAS FEITAL(2028) -REFORMAR CRAS MACUCO (2028) -REFORMAR CRAS ORATÓRIO(2028) - REFORMAR CRAS ZAIRA (2029) - -REFORMAR CRAS FALCHI(2029) -REFORMAR CREAS BOCAINA (2028) REFORMAR BOMBEIRO MIRIM (2028) -REFORMAR CENTRO POP (2028)	ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DE OBRAS E CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO	MELHORA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS	5.200.000	GABINETE SAS	X	X	X	X
IMPLANTAR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO.	20	- TER 01 PLANO DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO (2027) - ADQUIRIR OS EQUIPAMENTOS DO PLANO (2027)	ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	PROPICIAR SEGURANÇA AOS TRABALHADORES E USUÁRIOS E PREVENIR ATOS DE VANDALISMO NOS EQUIPAMENTOS.	30.000	GABINETE SAS E SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA		X		
REVISAR REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	21	TER NOVO DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.	ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PUBLICAÇÃO DE DECRETO	REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO NÍVEL MUNICIPAL	-	GESTÃO DO SUAS	X			
REALIZAR CAPACITAÇÃO INTERSECRETARIAL SOBRE PROGRAMAS	22	REALIZAR 02 ENCONTROS AO ANO, DE CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DE SERVIÇO	ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	MELHORA DO GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS COM FOCO EM DESCUMPRIMENTO DE	-	GERÊNCIA DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS E PTR	X	X	X	X

AÇÃO	Nº	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	RECURSOS	SETOR RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029
DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.		DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENVOLVIDAS NAS AÇÕES DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDAS.		CONDICIONALIDADES						
FORTALECER A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	23	REALIZAR 04 ENCONTROS POR ANO. (REUNIÕES DE TRABALHO TRIMESTRAIS DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA)	ACOMPANHAMENTO DAS REUNIÕES PERIÓDICAS	PROMOÇÃO DE AÇÕES ARTICULADAS INTERSETORIAIS NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.	-	GERÊNCIA DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS E PTR	X	X	X	X
GARANTIR O APOIO TÉCNICO OPERACIONAL AO CMAS	24	MANTER NA SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR (SERVIÇO SOCIAL) PARA SUPORTE AO CMAS	ACOMPANHAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO CMAS E ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO	MANUTENÇÃO DO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DO CMAS	-	SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS	X	X	X	X
DESENVOLVER PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA SOBRE A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25	PUBLICAR 02 BOLETINS POR ANO (DIFUSÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS)	ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES E MATERIAIS PRODUZIDOS	DIFUSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA REDE SOCIOASSISTENCIAL	-	GESTÃO SUS E VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	X	X	X	X

9. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) é composto por receitas originadas das esferas de governo federal, estadual e municipal. O financiamento da política pública de Assistência Social ocorre sempre por meio do FMAS, que possui uma unidade orçamentária própria no orçamento da Secretaria de Assistência Social (SAS). Isto significa que, exceto para despesas de Recursos Humanos, todos os serviços, programas, projetos e benefícios que o FMAS executa, estão contidos em orçamento exclusivo. Isso traz transparência no planejamento e nos gastos, permitindo melhor acompanhamento da sociedade, especialmente do CMAS.

O governo **Federal** realiza repasses por meio do FNAS, conforme aceites feitos anteriormente pelo município. Apesar destes repasses terem natureza regular e automática – ou seja, ocorrem mensalmente e não dependem de assinatura de convênio para serem repassados – eles estão sujeitos a valor de parcela variável, conforme saldo em conta e disponibilidade orçamentária e financeira do FNAS. Embora haja um valor de piso pactuado, os repasses não têm atingido esse total. Também impacta o valor de repasse o atingimento de certas metas, tais como o número de público prioritário com NIS atendido no Serviço de Convivência e inserido no sistema federal, ou a taxa de atualização do Cadastro Único.

Em dezembro de 2024 foram publicadas pelo MDS novas portarias, normatizando sobre os repasses, execução e prestação de conta (Portaria 1043 de 24/12/2024), bem como cálculos de IGD (portaria 1041 de 23/12/2024 e de transferências de recursos decorrentes de emendas parlamentares (portaria 1044 de 24/12/2024). Tais portarias trouxeram um novo sistema para emendas (Estrutura SUAS) e flexibilizaram prazos e a utilização dos recursos, facilitando a execução.

Em relação à utilização dos recursos, tem-se que os **programas** devem ter seus recursos investidos em ações para o próprio programa. Em relação aos **serviços**, entretanto, cada componente (pisos que compõem um bloco) pode ser utilizado para quaisquer serviços do bloco a que pertence. Disso decorre que o valor recebido referente a uma Residência Inclusiva pode ser utilizado no acolhimento a crianças e adolescentes, por exemplo, pois o recurso é para utilização no bloco, não especificamente no componente.

O FNAS permite a reprogramação do saldo não executado do ano anterior quantas vezes forem necessárias, e mantém saldo reprogramado e valores de repasses na mesma conta bancária.

Os termos de aceite pactuados com o governo federal são em sua maioria valores fixos de repasse; porém, atualmente, todos possuem característica de serem variáveis. Os Programas AEPETI e ACESSUAS não receberam cofinanciamento nos últimos anos; por outro lado, foi criado o Programa PROCAD SUAS, que visa qualificar a base do cadastro único, por meio de ações focais em cadastros unipessoais (pessoas que declaram morarem sozinhas), assim, embora tenha ocorrido repasse para o PROCAD SUAS e ainda haja saldo bancário para o AEPETI, programas serão desconsiderados em termos de cofinanciamento. Referente ao IGD SUAS, como ainda não há previsão de novos repasses, foi zerado o valor de média de repasse³. Segue o quadro com a previsão dos valores ANUAIS a serem repassados anualmente pelo governo federal, tendo por base os valores repassados do exercício 2025, das parcelas 01 a 06 e os valores pactuados em termo de aceite:

BLOCO		COMPONENTE	PISO PACTUADO	PACTUADO - POR BLOCO	MÉDIA DE REPASSE DO PISO	MÉDIA DE REPASSE DO BLOCO
SERVIÇOS	PSB	PAIF	864.000,00	1.278.965,89	583.792,00	965.740,00
		SCFV	414.965,89		381.948,00	
	PSE	PFMC – PAEFI	156.000,00	1.350.000,00	111.124,00	961.648,00.
		PFMC – MSE	105.000,00		75.220,00	
		PFMC – CENTRO POP	276.000,00		196.608,00	
		PFMC – ABORDAGEM	60.000,00		42.738,00	
		PTMC - (PcD)	86.400,00		61.542,00	
		PAC II - RESIDÊNCIA INCLUSIVA	120.000,00		85.480,00	
		PAC II – POP RUA (ALBERGUE)	78.000,00		55.558,00	
		PAC I - CR/AD SAICA	360.000,00		256.448,00	
	PAC I	108.000,00	76.930,00			
GESTÃO	IGD	Bloco de Gestão do Bolsa Família	TETO APROX. 1.297.860,00	1.411.622,40	730.056,00	730.056,00
		Bloco da Gestão do SUAS	TETO APROX. 113.762,40		0	
	TOTAL:		4.040.588,29	4.040.588,29	2.657.444,00	2.657.444,00

3 Havendo repasses posteriores à aprovação do plano, será inserida a informação nas atualizações anuais do documento.

Quanto aos recursos **estaduais**, são repassados via FEAS e não dependem de assinatura de termo de convênio, ou de fechamento da prestação de contas do ano anterior. O montante é repassado em 12 parcelas, ocorrendo repasses entre fevereiro e dezembro (duas parcelas em fevereiro). O estado disponibiliza um montante que pode ser utilizado pelo município dentro das proteções, conforme seu planejamento, desde que seja destinado algum valor para as medidas socioeducativas. Desde 2021, o FEAS passou a cofinanciar também os Benefícios Eventuais, dependendo sempre de pactuação na CIB e com valor variável, pago em parcela única. Ocorre também o pagamento de uma segunda parcela, eventualmente. Em 2025 recebemos um incremento no valor para cofinanciamento de serviços, que tende a permanecer no repasse dos próximos anos. Paralelamente, o Estado iniciou uma pesquisa para levantamento de custos de serviços e benefícios, para subsidiar o estabelecimento de critérios de repactuação desses cofinanciamentos.

No quadro a seguir, o montante não está separado por bloco, uma vez que todo ano o município pode determinar em qual (ou quais) bloco vai usar o recurso. Atualmente temos lançado as receitas estaduais para custear o bloco de serviços da Proteção Especial:

BLOCO	PREVISÃO ANUAL Conforme recebido em 2025
Proteção Especial de Média Complexidade PSE MC	1.030.755,54
Proteção Especial de Alta Complexidade PSE AC	
Benefício Eventual	177.830,80
TOTAL	1.208.586,34

Os recursos estaduais podem ser reprogramados uma única vez, após a qual, se ainda houver saldo, precisa ser devolvido. Outra característica é que valores de repasse e valores reprogramados não se misturam na mesma conta bancária.(possuem conta distintas)

O tesouro **municipal** ainda é o maior financiador da Assistência Social em Mauá, e custeia principalmente os recursos humanos e a rede de execução indireta de serviços.

Os recursos humanos são a principal ferramenta da política de assistência, e também a mais cara. O RH da SAS abarca tanto profissionais que atuam no SUAS quanto aqueles que estão vinculados a outros departamentos da SAS (a exemplo dos que dão suporte

aos Conselhos do Idoso e da Criança e adolescente e dos administrativos que cuidam da rotina burocrática do Conselho Tutelar), motivo pelo qual a despesa é executada fora da unidade orçamentária do FMAS.

Os serviços executados de forma indireta, isto é, por meio de OSCs, somam grande parte do recurso investido. Toda a rede de serviços de proteção especial de alta complexidade é executada desta forma e sabemos que os serviços de acolhimento são os mais onerosos, por funcionarem 24h e todos os dias.

Segue a previsão global de recursos orçamentários para o próximo ciclo de PPA, incluindo todas as fontes de cofinanciamento, cuja execução iniciará em 2026:

	2026	2027	2028	2029
Unidade 05.29: Fundo Municipal de Assistência Social	19.383.000,00	20.618.000,00	19.879.000,00	20.702.000,00
Unidade 05.05: Secretaria de Assistência Social, apenas RH	25.701.000,00	26.441.000,00	27.101.000,00	27.723.000,00
OBS: o valor inclui a previsão de captação de emendas para execução de obras. O projeto do PPA ainda não foi votado na Câmara. E tramita como PL.				

Vale lembrar que os valores propostos são revistos anualmente nos processos de elaboração da LDO e da LOA, podendo sofrer alterações.

10. COBERTURA E PREVISÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

10.1. SERVIÇOS

Tipo da Unidade	Qtd de unidades	Qtd de locais de execução	Qtd de serviços
Unidades Públicas	1(SAS)	14	48
	CRAS	8	39
	CREAS	2	4
	Centro POP	1	2
	Central do CadÚnico	1	-
	Bombeiro Mirim	1	1
Unidades Privadas		17	17
Total:		31	65

a) Rede Direta

<i>Tipo de Serviço</i>	<i>Proteção Social</i>	<i>Local de execução</i>	<i>Usuários</i>	<i>Previsão de atendimento</i>
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS ORATÓRIO	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	20
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Jovens de 18 a 29 anos	15
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Adultos de 30 a 59 anos	15
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ORATÓRIO	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	13
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS MACUCO	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	180
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	30
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Jovens de 18 a 29	05

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAUÁ 2026-2029

<i>Tipo de Serviço</i>	<i>Proteção Social</i>	<i>Local de execução</i>	<i>Usuários</i>	<i>Previsão de atendimento</i>
fortalecimento de vínculos			anos	
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Adultos de 30 a 59 anos	05
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS MACUCO	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	10
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS ZAIRA	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	78
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	60
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Jovens de 18 a 29 anos	5
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Adultos de 30 a 59 anos	13
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS ZAIRA	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	12
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS FEITAL	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	50
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	20
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Jovens de 18 a 29 anos	30
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Adultos de 30 a 59 anos	30
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS FEITAL	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	30
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS SÃO JOÃO	Famílias	200
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS SÃO JOÃO	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS SÃO JOÃO	Jovens de 18 a 29 anos	10
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Famílias	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	64
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE	Jovens de 18 a 29	20

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAUÁ 2026-2029

<i>Tipo de Serviço</i>	<i>Proteção Social</i>	<i>Local de execução</i>	<i>Usuários</i>	<i>Previsão de atendimento</i>
fortalecimento de vínculos		DAS AMÉRICAS	anos	
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Adultos de 30 a 59 anos	35
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS PARQUE DAS AMÉRICAS	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	35
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Famílias	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	40
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Jovens de 18 a 29 anos	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Adultos de 30 a 59 anos	10
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CRAS VILA MERCEDES	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	10
Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF	Básica	CRAS FALCHI	Famílias	150
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	BOMBEIRO MIRIM	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	124
Serviço não tipificado pela Resolução nº 109 do CNAS, Serviço de atendimento a famílias realizado fora do CRAS	Básica	CENTRAL DE CADASTRO ÚNICO	Famílias	2000
Serviço especializado para pessoas em situação de rua	Média	CENTRO POP	Apenas jovens, adultos, idosos e famílias	250
Serviço especializado em abordagem social	Média	CENTRO POP	Apenas jovens, adultos, idosos e famílias	80
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI	Média	CREAS MATRIZ	Famílias e indivíduos	240
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC	Média	CREAS MATRIZ	Adolescentes	80
Serviço especializado em abordagem social	Média	CREAS BOCAINA	Apenas crianças e adolescentes	40
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI	Média	CREAS BOCAINA	Famílias e indivíduos	200

b) Rede Indireta

SERVIÇO	Proteção Social	Local de execução	Usuários	Previsão de atendimento
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo institucional	Alta	CASA DE ACOLHIMENTO – ISABEL SOLER – Grupo de Incentivo à Vida	Idosos	50
Serviço de acolhimento Institucional – Residência inclusiva	Alta	INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES - UNIDADE I - RUA AVARÉ, 46 - BAIRRO MATRIZ	Jovens e adultos com deficiência	10
Serviço de acolhimento Institucional – Residência inclusiva	Alta	INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES - UNIDADE II - RUA SANTOS DUMONT, 350 - VILA BOCAINA	Jovens e adultos com deficiência	10
Serviço de acolhimento Institucional – Residência inclusiva	Alta	INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES - UNIDADE III - RUA DUQUE DE CAXIAS, 70 VILA BOCAINA	Jovens e adultos com deficiência	10
Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	Média	APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAUÁ	Pessoas com deficiência, seus familiares e cuidadores	91
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo institucional	Alta	LAR DO MENOR DE MAUÁ SOL DA ESPERANÇA	Crianças e adolescentes	40
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo	Alta	ABKK ASSOCIAÇÃO BRAZILIAN KIDS KARE UNIDADE I - RUA FRANCISCO DA PAZ, 323- VILA BOCAINA	Crianças e adolescentes	20
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo	Alta	ABKK ASSOCIAÇÃO BRAZILIAN KIDS KARE- UNIDADE II - RUA AQUIDABAN, 64- JD. PILAR	Crianças e adolescentes	20
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo	Alta	INSTITUTO FICAR DE BEM - UNIDADE I - RUA LIMEIRA, 149- BAIRRO MATRIZ	Crianças e adolescentes	20
Serviço de acolhimento institucional – Abrigo	Alta	INSTITUTO FICAR DE BEM - RUA RIO GRANDE DA SERRA, 53 - JD. HAYDEE	Crianças e adolescentes	20
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	INSTITUTO RECANTO TIA CÉLIA (INSTITUTO RECANTO INFANTIL TIA CÉLIA)	Crianças de até 6 anos	50
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	INSTITUTO RECANTO TIA CÉLIA (INSTITUTO RECANTO INFANTIL TIA CÉLIA)	Crianças e adolescente de 6 a 15 anos	120
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	INSTITUTO RECANTO TIA CÉLIA (INSTITUTO RECANTO INFANTIL TIA CÉLIA)	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	50
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	NOVA ERA NOVOS TEMPOS	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	50

SERVIÇO	Proteção Social	Local de execução	Usuários	Previsão de atendimento
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	NOVA ERA NOVOS TEMPOS	Adolescentes de e jovens de 15 a 17 anos	50
SPE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	Média	APASMA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MAUÁ	Pessoas com deficiência, seus familiares e cuidadores	60
Serviço de acolhimento provisório na modalidade casa de passagem	Alta	INSTITUTO MONSENHOR JOSÉ BENEDITO ANTUNES - RUA LUIZ LACAVA, 327 – VILA BOCAINA	Adultos e famílias em situação de rua	40
Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	UNIÃO DA SAÚDE SEM FRONTEIRAS – INSTITUTO MARIA MERCÊS	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	15
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CHÁCARA DAS FLORES EURÍPEDES BARSANULFO	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	80
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	CHÁCARA DAS FLORES EURÍPEDES BARSANULFO	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	20
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	100
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Básica	ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	40

10.2. PROGRAMAS

Atualmente o principal programa da Assistência Social é o **Bolsa Família**. Embora seja o próprio governo federal a fazer o repasse ao beneficiário, compete ao município localizar, encaminhar e cadastrar a família que possui perfil para o mesmo, bem como acompanhá-la para a manutenção deste benefício pelo tempo em que ele for necessário e para auxiliar a família no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento dos desafios, para que a família supere a situação de pobreza / extrema pobreza.

10.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Tipo de Benefício eventual	Tipo de Auxílio fornecido	Previsão semestral de beneficiários	Previsão semestral de benefícios
Calamidades Públicas e Emergências	Auxílio Financeiro	90	90
Vulnerabilidade Temporária	Auxílio Financeiro e Material	2708	2708

10.4. BENEFÍCIOS CONTINUADOS

Tipo de benefício continuado	Número de beneficiários ⁴	Previsão anual de repasse direto aos usuários
Benefício de Prestação Continuada – BPC Idosos	4.751	R\$ 86.599.764,84
Benefício de Prestação Continuada – BPC Pessoas com Deficiência	3.481	R\$ 63.448.933,56

4 obs. base CECAD - referência agosto - 2025

11. REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de Outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm].

BRASIL. Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. 07 de dezembro de 1993. Diário Oficial da União. 08 dez 1993.

CNAS. Resolução 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**. Diário Oficial da União. 26 out 2004.

CNAS. Resolução 07, de 18 de maio de 2016. **II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026)**. Disponível em: [<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2016/resolucao-cnas-n-7-3.pdf/download>].

MAUÁ. Lei 6.267 de 28 de fevereiro de 2025. **Dispõe sobre a readequação da estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Mauá, no que se refere às secretarias municipais e aos órgãos de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Direta, cria o respectivo quadro de pessoal comissionado e função de confiança e dá outras providências**. Diário Oficial de Mauá. Disponível em [dom.maua.sp.gov.br/legislacaonumero.aspx]

MDS (BR). Portaria nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024. **Estabelece os mecanismos de funcionamento do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, como instrumento de apoio à gestão e à execução descentralizada e de fortalecimento da gestão intersectorial do Programa, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. 24 dez 2024

MDS (BR). Portaria nº 1.043, de 10 de dezembro de 2024. **Regulamenta a transferência, a execução e a prestação de contas dos recursos pertinentes ao cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, transferidos na modalidade fundo a fundo, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. 26 dez 2024

MDS (BR). Portaria nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024. **Dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, alocados na Ação Orçamentária "219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS" e dá outras providências**. Diário Oficial da União. 26 dez 2024

MDS (BR). Lei 12.435, de 06 de julho de 2011. **Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Diário Oficial da União. 07 Jul 2011.

Revista Mauá Fórum 2023-2033 A Década da Transformação. Edição 2024 - Site da Prefeitura Municipal de Mauá.

MAUÁ. Lei nº 3.052, de 21 de dezembro de 1998. **Aprova o Plano Diretor do Município de Mauá**.

12. ANEXO: RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO PLANO



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Criado pela Lei Municipal nº 2.771, de 12 de setembro de 1997
Rua Campos Sales, 289 - Vila Bocaina, Mauá - SP
CEP: 09310-040 - Tel.: (11)4512-7732 - E-mail: cmas@maua.sp.gov.br

RESOLUÇÃO CMAS N.º 178/2025

“Aprova Plano Municipal de Assistência Social de Mauá – 2026-2029”

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAUÁ – SP**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e a Lei Municipal nº 2.771 de 12/09/1997, em reunião extraordinária de 18 de novembro de 2025, registrada na ata nº 135/25;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026– 2029.

Mauá, 18 de novembro de 2025.



Documento assinado digitalmente
DIEGO COLODRO DE LIMA
Data: 19/11/2025 13:31:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DIEGO COLODRO DE LIMA
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social